

**Ações de Educação Patrimonial para conhecimento
e extroversão do patrimônio histórico e cultural
na Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhense**

Arkley Marques Bandeira

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq

 <https://orcid.org/0000-0002-0410-1082>

E-mail: arkley.bandeira@ufma.br

Marcelo Fagundes

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais

 <https://orcid.org/0000-0002-7268-9375>

E-mail: marcelo.fagundes@ufvjm.edu.br

Leonardo Silva Soares

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão

 <https://orcid.org/0000-0003-0373-2971>

E-mail: leonardo.soares@ufma.br

Resumo: A pesquisa surgiu da necessidade de propiciar aos discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – UFMA – Campus de Pinheiro, vivências patrimoniais em atividades extraclasse nas regiões da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses, complementando os conteúdos trabalhados em sala de aula. Para tanto, foram desenvolvidas estratégias didático-pedagógicas para extroversão do patrimônio histórico e cultural, com a participação dos alunos desde o planejamento, perpassando pela pesquisa de campo e divulgação dos resultados. Neste artigo serão apresentados três estudos de casos aplicados nas disciplinas Patrimônio Histórico Brasileiro, Folclore e Cultura Popular e História da América Colonial, cujo foco foi propiciar suportes de memórias e histórias em laboratórios vivos, a exemplo da cidade de Pinheiro, Centro Histórico de São Luís e Alcântara e a Comunidade Quilombola de Itamatatua, em Alcântara.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico-Cultural; Baixada Maranhense; Reentrâncias Maranhenses.

Heritage Education Actions for Knowledge and extroversion of historical and cultural heritage in Baixada Maranhense and Reentrâncias Maranhense

Abstract: The research came from the need to provide students of the Undergraduate Program in Human Sciences - UFMA – Campus Pinheiro, heritage experiences in extraclass activities in the regions of Baixada Maranhense and Reentrâncias Maranhenses, complementing the content worked in classrooms. For that, didactic-pedagogical strategies were developed for the extroversion of the historical and cultural patrimony, with the participation of the students from the planning, through the field research and dissemination of the results. This paper will present three case studies applied in the disciplines of Brazilian Historical Heritage, Folklore and Popular Culture and History of

Colonial America, whose focus was to present support of memories and stories in living laboratories, such as the Pinheiro city, Historical Center of São Luís and Alcântara and the Quilombola Community of Itamatatiua, in Alcântara.

Keywords: Cultural Heritage; Baixada Maranhense; Reentrâncias Maranhenses.

Texto recebido em: 13/08/2019

Texto aprovado em: 15/06/2021

Introdução

Os bens de interesse históricos e culturais, patrimonializados ou não, são elementos de suma importância para afirmação e reafirmação das identidades dos distintos povos que formam a nação brasileira. Como também, são mediadores entre o presente e o passado e articulam as sociedades em torno de suas memórias e histórias.

A noção de referência cultural, sobretudo, após a publicação do Decreto nº 3.551, em 4 de agosto de 2000, que instituiu o registro do patrimônio imaterial, ampliou o leque dos bens passíveis de serem protegidos e estabeleceu novos critérios para salvaguarda, gestão e divulgação do patrimônio histórico e cultural.

Neste contexto, a participação da sociedade, em especial das comunidades envolvidas com estes bens, é essencial para o fortalecimento das noções de pertencimento, empoderamento, coletividade e identidade. Para tanto, é necessário desenvolver mecanismos de contato e aproximação dos grupos sociais com os elementos formadores de suas referências culturais e históricas.

Sobre este aspecto, Sant'Anna (2006) comentou em uma publicação do IPHAN:

Para a política de salvaguarda preservar o patrimônio cultural brasileiro significa fortalecer e dar visibilidade às referências culturais dos grupos sociais em sua heterogeneidade e complexidade. Significa promover a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais para a sua preservação e para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Significa também compartilhar as responsabilidades e deveres dessa preservação e promover o acesso de todos aos direitos e benefícios que ela gera (SANT'ANNA, 2006, p. 9).

No Brasil, a organização do patrimônio cultural brasileiro é regida pela Constituição Brasileira de 1988 e outras normativas (BRASIL, 1988, p. 1). O artigo

216 da Constituição considera como patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, sendo constituído pelas:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Os bens classificados como patrimônio cultural material é formado pelos quatro Livros do Tombo: (i) arqueológico, paisagístico e etnográfico; (ii) histórico; (iii) belas artes; e (iv) das artes aplicadas, sendo exemplificados pelos conjuntos urbanos; bens edificados; sítios arqueológicos, paisagísticos e paleontológicos; bens ferroviários, industriais e rurais; bens móveis, a exemplo das obras de arte, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

As temáticas que envolvem o patrimônio cultural imaterial, também denominado de intangível ficaram por muitas décadas relegadas aos estudos de folclore e cultura popular, à sombra da presença física dos patrimônios culturais materiais ou tangíveis.

A partir da década de 1970, uma nova perspectiva surgiu em torno da noção de *referência cultural*, que promoveu importantes reflexões na prática preservacionista. Neste contexto, se consolidou a ideia de que a construção dos patrimônios culturais deve “fazer sentido” e “ter valor” para outros sujeitos sociais, especialmente os que produzem ou mantêm os bens culturais, conferindo, portanto, critérios de valor e significado (SANT’ANNA, 2006, p. 9).

Segundo Oosterbeek (2004, p. 43), este valor não teria uma precificação de mercado, mas pelo contrário. Como já faziam os nossos antepassados, seria um suporte a qual recorreremos a fim de nos posicionarmos no fio do tempo. É o conjunto de realidades, materiais e imateriais, cuja gestação nos precedeu, e que constitui uma espécie de mapa orientador sobre o qual nos situamos.

Esta nova perspectiva ecoou rapidamente entre os pesquisadores e órgãos de proteção, desconstruindo premissas antigas e já consolidadas de que os bens culturais dignos de valor e patrimonialização seriam os grandes monumentos e as obras de arte, testemunhos de uma história oficial vinculada às elites.

Em caminho oposto, cresceu a premissa de que a patrimonialização da cultura deveria incluir manifestações culturais representativas de todos os povos formadores do Brasil, especialmente as etnias indígenas, os grupos quilombolas, as comunidades tradicionais e as classes populares, em geral.

Neste contexto, a noção de referência cultural trouxe no seu cerne indagações sobre quem teria maior legitimidade para selecionar o que deveria ser preservado, a partir de quais valores e em nome de que interesses e de quais grupos (LONDRES, 2000, p. 11).

Os bens classificados como patrimônio cultural imaterial diz respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (marcos topofílicos, mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

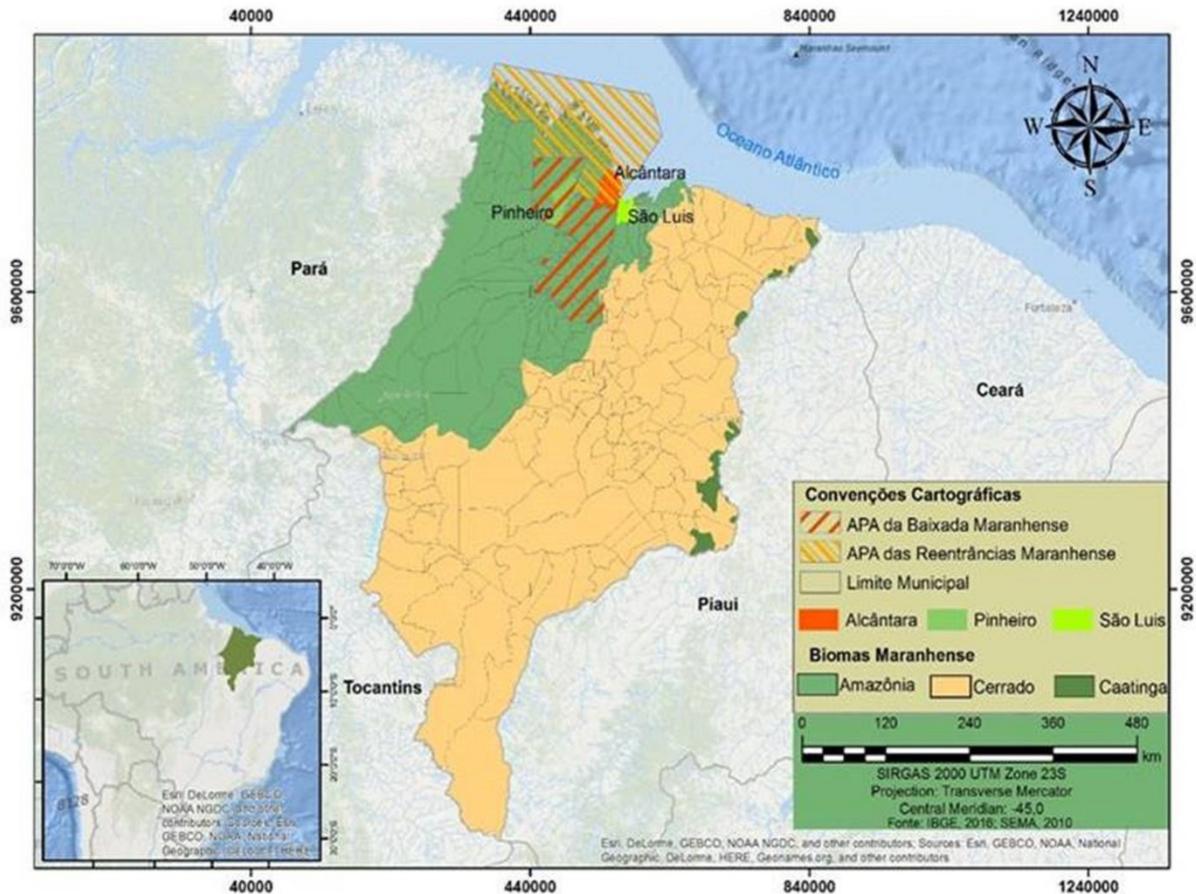
Ressalta-se que nem tudo que é referência histórica e cultural para os povos é patrimonializado ou tem algum tipo de proteção e acautelamento. Por este motivo, é de extrema importância a valorização de pesquisas que objetivem inventariar, mapear, identificar e registrar lugares e pessoas que produzem, reproduzem, mantêm e transmitem cultura, histórias e memórias.

Tão importantes quanto o conhecimento são a valorização e extroversão dos bens históricos e culturais para amplos públicos. Contudo, para que isso ocorra é necessário que se criem projetos educacionais consistentes, processuais e de longa duração, pautados em uma perspectiva diacrônica, sistemática e holística.

Neste contexto, a Educação Patrimonial foi a metodologia utilizada como estratégia didático-pedagógica para propiciar aos discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – UFMA – Campus de Pinheiro, vivências patrimoniais em atividades extraclasse nas regiões da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses, complementando os conteúdos trabalhados em sala de aula.

A área de estudo é ilustrada na Figura 1, que compreende a Amazônia Legal Maranhense, aglutinando as Áreas de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses, cujo meio é caracterizado por um ambiente lacustre,

semelhante ao Pantanal; e pelo litoral ocidental amazônico, respectivamente. Esta porção do Maranhão apresenta potenciais de estudos significativos, no que concernem a biodiversidade e sociodiversidade.



Fonte: Autores, 2017.

FIGURA 1

Amazônia Legal do Maranhão, que compreende a região de estudo na Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses

Neste contexto, foram desenvolvidas estratégias didático-pedagógicas para extroversão do patrimônio histórico e cultural, com a participação dos alunos desde o planejamento, perpassando pela pesquisa de campo e divulgação dos resultados. Além disso, foram criados mecanismos para a aproximação destes com a realidade dos grupos sociais que produzem, reproduzem, mantêm e transmitem os bens de interesse históricos e culturais nas áreas em questão.

Neste texto serão apresentados três estudos de casos aplicados nas disciplinas “Patrimônio Histórico Brasileiro”, “Folclore e Cultura Popular” e “História da América Colonial”, sendo respectivamente, Mapeamento dos bens edificados de interesse histórico no município de Pinheiro – MA, Registro do ofício ceramista no povoado de Itamatatua – Alcântara – MA e A ocupação humana de longa duração, em São Luís – MA.

Educação Patrimonial como estratégia didático-pedagógica para conhecimento e extroversão do patrimônio histórico e cultural

A Educação Patrimonial (EP) é uma proposta multidisciplinar de ensino, voltada para questões pertinentes ao patrimônio cultural que deve ser compreendida como um meio de inclusão de temáticas relativas ao patrimônio, levando em conta que o conhecimento propiciará a apropriação e valorização das referências culturais (COSTA et al., 2007, s.p.).

Logo, a EP deve ser compreendida como um processo sistemático centrado no patrimônio cultural e voltado para diferentes públicos, agindo como um instrumento de afirmação da cidadania, de forma que permita o enriquecimento cultural individual e coletivo e o fortalecimento dos sentimentos de identidade e pertencimento a uma etnia, município, região ou nação.

Como salientado por Horta (1999), a EP é um meio que busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural:

A educação patrimonial deverá ser entendida como um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilite o indivíduo fazer uma leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA, 1999, p. 7).

Para Horta (1999), a metodologia de EP não é necessariamente uma novidade, visto que tem sido adotada no país desde 1980, sendo considerada um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, servindo como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, por meio dos tão falados processos de reconhecimento, valoração e preservação do patrimônio.

Isso implica, como salientado por Bastos (2006), em diálogos permanentes que possam facilitar e estimular a comunicação, além de cooperar com a integração entre os envolvidos em práticas que realmente levem às parcerias positivas. Haverá, dessa forma, a possibilidade de “trocas de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização destes bens” (BASTOS, 2006, p. 158).

Nesse caso, os processos de EP deverão, necessariamente, em primeiro plano enfocar os tipos de patrimônio em toda a sua diversidade, em um processo de redefinição de bem cultural enquanto herança da região. Tal intento requer planejamento sistemático e envolvimento entre o público, as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo do bem cultural.

Conforme descrito anteriormente, serão apresentadas neste artigo três estratégias desenvolvidas ao longo dos anos de 2016 e 2020, no Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – UFMA – Campus de Pinheiro, sendo elas: Mapeamento dos bens edificados de interesse histórico no município de Pinheiro – MA, Registro do ofício de ceramista no povoado de Itamatatiua – Alcântara – MA, e A ocupação humana de longa duração, em São Luís – MA.

Ressalta-se que as ações são contínuas e já perpassaram o tempo regimental das disciplinas as quais as ações vinculadas, ou seja, elas estão em diferentes estágios de desenvolvimento e aplicação, configurando-se, atualmente, como atividades de pesquisa e extensão, que estão congregando alunos de diferentes períodos, inclusive, alguns deles desenvolvendo suas pesquisas de mestrado.

Mapeamento dos bens edificados de interesse histórico no município de Pinheiro – MA

Esta estratégia foi desenvolvida na disciplina Patrimônio Histórico Brasileiro (6T1234), ministrada em 2016.1, com um total de 17 alunos matriculados. A ideia central foi identificar em Pinheiro – MA, os suportes que pudessem representar a história, a cultura e a memória da cidade na visão dos alunos e seus familiares. Neste sentido, foram debatidas em sala de aula as possíveis categoriais a serem abordadas no desenvolvimento de uma ação de pesquisa e extroversão.



Fonte: desconhecido.

FIGURA 2

Rua principal de Pinheiro com casarões antigos



Fonte: desconhecido.

FIGURA 3

Igreja Matriz de Santo Inácio de Loiola

O objeto de estudo escolhido para um trabalho inicial foram os bens edificados, em especial as edificações que representam diferentes estilos arquitetônicos e os tempos vividos pela cidade. Neste contexto, foi realizado um *Inventário de Conhecimento*, com a utilização das Fichas do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), elaboradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2013, s.p.).

O Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG foi elaborado pelo IPHAN. Trata-se de um instrumento desenvolvido para integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil. Uma das aplicações fundamentais do SICG é o desenvolvimento de Inventários de Conhecimento, para formar uma base de informações aplicada à construção de “Redes de Patrimônio” em todos os estados e municípios.

O Inventário de Conhecimento (ou de varredura) é qualquer estudo que vise conhecer o universo de bens culturais de determinada região ou relacionados com determinado tema, identificando e mapeando as ocorrências materiais ainda existentes e apontando a necessidade de estudos mais detalhados.

O SICG é constituído por um conjunto de fichas agrupadas em três módulos: *Conhecimento, Gestão e Cadastro*. Cada módulo corresponde a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural e conta com um conjunto de fichas estruturadas

para a pesquisa e organização de informações, conforme o objetivo do estudo ou inventário.



Fonte: Autores, 2017.

516

FIGURA 4

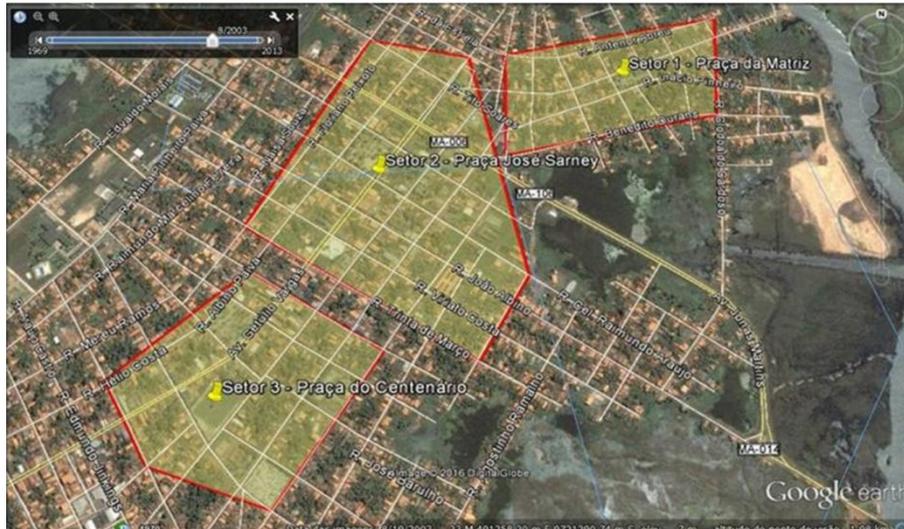
Vista aérea do núcleo fundacional de Pinheiro, com foco na Praça da Matriz

Na ação foram utilizadas as seguintes fichas do Módulo Conhecimento:

- **Ficha M101** – Contextualização Geral: é direcionada para a coleta e organização das informações relacionadas a um recorte territorial amplo;
- **Ficha M102** – Contexto Imediato: é voltada para aplicação em sítios ou conjuntos históricos (urbanos e rurais) que tenham sido identificados ou contextualizados dentro de um recorte territorial ou temático mais amplo, a partir da ficha M101;
- **SICG - M201** – Pré-setorização: indicada para os aspectos levantados nas etapas anteriores, que são significativos para a caracterização de diferentes setores da área em análise;
- **SICG - M302** – Bem imóvel Arquitetura. Caracterização externa: registrar o bem arquitetônico em sua parte externa.

A aplicação da metodologia no âmbito desta pesquisa se deu com as seguintes etapas:

- Em um primeiro momento as fichas foram apresentadas e discutidas em sala de aula;
- Em uma fase posterior foi realizada uma aula de campo, com visita ao núcleo fundacional de Pinheiro, com reconhecimento das três principais praças da cidade: Praça da Matriz, Praça José Sarney e Praça do Centenário, bem como a visita de espaços de referência para a memória e história da cidade, a exemplo da Igreja Matriz, edificações históricas e Casa José Sarney;
- A etapa seguinte consistiu em debater a aula de campo, enfocando os aspectos históricos e urbanísticos da cidade para seleção de quais fichas seriam relevantes para o inventário das edificações históricas;
- Após a definição das fichas que seriam utilizadas no inventário, foi realizado o preenchimento simulado das mesmas em sala de aula, com o auxílio de *softwares* de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), a exemplo do *Google Earth*, *Google Maps* e outros programas;
- Simultaneamente, cada grupo ficou responsável pela pesquisa histórica sobre a cidade;
- No geoprocessamento, o centro de Pinheiro foi zoneado em três setores, que representaram três momentos históricos da cidade: Praça da Matriz, Praça José Sarney e Praça do Centenário. Esses setores foram delimitados e georreferenciados (Figura 05);
- Na fase de campo, os alunos foram agrupados em três equipes, cada uma responsável por inventariar um setor;
- As atividades de campo foram conduzidas apenas pelos alunos, que ficaram responsáveis por identificar, fotografar e documentar em ficha o seu setor e as edificações de interesse histórico e cultural que eles julgassem mais relevantes;
- A fase final consistiu na seleção e tratamento das imagens que representam as edificações mais relevantes de cada setor;
- Por fim, as fichas foram preenchidas e o inventário do conhecimento foi concluído.



Fonte: Autores, 2016.

FIGURA 5

Zoneamento do centro de Pinheiro em áreas a serem pesquisadas



Fonte: Autores, 2017.

FIGURA 6

Vista aérea do núcleo fundacional de Pinheiro, com a praça José Sarney, zoneada na pesquisa

Neste sentido, foram mapeados e registrados os principais eixos de crescimento da cidade, desde o período da fundação, ainda no século XIX. Desta época, quase não restam exemplares arquitetônicos, sendo que o acervo edificado da cidade é, atualmente, composto por edificações do início do século XX.



Fonte: Autores, 2017.

FIGURA 7

Setor 1 – Vista da Igreja Matriz de Pinheiro, Catedral Diocesana Santo Inácio de Loyola



Fonte: Autores, 2017.

FIGURA 8

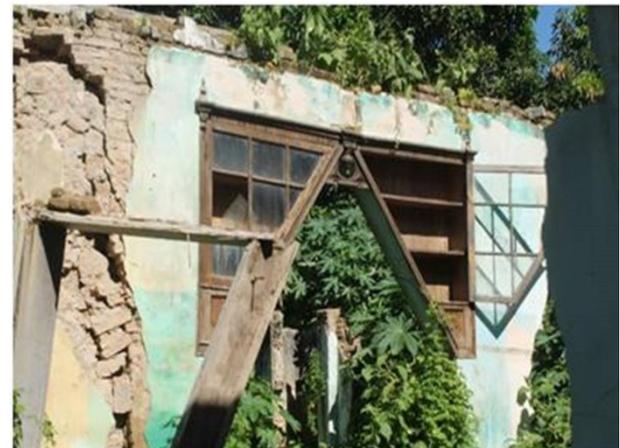
Setor 1 – Vista do conjunto arquitetônico eclético, com edificações de estilo colonial e Art Decó



Fonte: Autores, 2016.

FIGURA 9

Setor 2 - Casarão onde funcionou a Farmácia da Paz, de Paulo Allim, fundada em 1940



Fonte: Autores, 2016.

FIGURA 10

Setor 2 - Interior do casarão onde funcionou a Farmácia da Paz, totalmente demolido



Fonte: Autores, 2016.

FIGURA 11

Setor 3 – Área do Cemitério mais antigo de Pinheiro



Fonte: Autores, 2016.

FIGURA 12

Setor 3 – Área do Cemitério mais antigo de Pinheiro, com a vista do cruzeiro e capela

A extroversão dos resultados foi alcançada com a organização de uma exposição itinerante: “Pinheiro: passado, presente... e futuro???” lançada na I Semana Interdisciplinar em Ciências Humanas e remontada na Semana de Luta e Consciência Negra e na Feira das Profissões. Além disso, a exposição percorreu as escolas de Pinheiro e, atualmente, está em debate na Câmara dos Vereadores de Pinheiro a criação de uma lei de proteção dos bens edificados e culturais da cidade.

A avaliação dos resultados desta extroversão foi extremamente positiva, com desdobramentos internos e externos, visto que o mapeamento está servindo para subsidiar apresentações em congressos, publicações e divulgações sobre os bens edificados de interesse histórico e cultural da cidade, fomentando a mobilização e o debate com a Câmara dos Vereadores, em torno da construção de instrumentos legais para proteção do patrimônio histórico e cultural pinheirense.



Fonte: Autores, 2016.

FIGURA 13

Montagem da exposição usando o método de “cama de gato” ou “teia de aranha”



Fonte: Autores, 2016.

FIGURA 14

Exposição *Pinheiro: passado, presente...e futuro???*, já montada

Registro do ofício de ceramista no povoado de Itamatatiua – Alcântara – MA

A segunda estratégia foi desenvolvida na disciplina Folclore e Cultura Popular (4N1234), ministrada em 2016.2, com um total de 25 alunos matriculados. A ideia central foi aproximar os estudantes a um ofício tradicional e a um modo de vida específico e diferenciado em relação ao seu universo social e cultural. Neste contexto, foram apresentadas algumas opções em sala de aula, visando a reflexão e o debate acerca dos possíveis objetos a serem pesquisados, a exemplo do Tambor de Crioula do Zé Macaco, em Pinheiro, a pesca tradicional na Baixada Maranhense, o modo de vida ribeirinho e o ofício tradicional da cerâmica e o modo de vida quilombola.

Conforme já mencionado, a opção escolhida foi o ofício de manufatura cerâmica na comunidade quilombola de Itamatatiua, em Alcântara – Maranhão, cuja peculiaridade é a elaboração de uma cerâmica com tecnologia que remete as características indígenas, com técnica roletada ou acordelada. Cabe ressaltar, que o próprio nome da comunidade é de origem Tupi.

Segundo relatos orais, Itamatatiua tem cerca de 315 anos, sendo habitada por 113 famílias e 450 habitantes. De acordo com Oosterbeek e Reis (2012), a documentação informa que as origens do povoamento remetem a existência de uma fazenda da Ordem Carmelitana na região, que, após o declínio do período

escravista, foi extinta e as terras remanescentes foram deixadas para a população afrodescendente, que iniciaram a ocupação da área. Para a região foram trazidos africanos das etnias Banto e Mina-Jeje.

A territorialidade e o modo de vida quilombola são as características mais marcantes de Itamatatiua, com a existência de festas de santo, rodas de tambor, agricultura de subsistência com a roça de coivara e a organização espacial da vila, com a igreja e o cemitério ocupando a porção central e mais alta da localidade e as casas dispostas em linha, ao longo de um caminho, além do importante festejo anual para sua padroeira, Santa Tereza de Ávila ou Santa Tereza de Jesus.

Contudo, o traço mais marcante e ressaltado por muitos autores que já trabalharam nesse quilombo é o ofício tradicional da olaria e o seu papel identitário e mediador das relações sociais, culturais e econômicas (GRIJÓ et al., 2009; PEREIRA, 2011; JUNIOR, 2011; 2012; OOSTERBEEK; REIS, 2012; FERREIRA, 2012; CESTARIA et al., 2016).



Fonte: Autores, 2017.

FIGURA 15

Igreja de Santa Tereza D'Ávila, que ocupa um lugar de destaque na comunidade



Fonte: Autores, 2017.

FIGURA 16

Moradia vernacular tradicional, com o uso de matérias-primas locais: palha, madeira, fibra e argila

Neste âmbito, foi proposta uma estratégia para envolver os alunos em torno do ofício da olaria, e a partir deste elemento, irradiar a vivência patrimonial para outros aspectos do universo observado. Para tanto, a estratégia metodológica foi inspirada nos trabalhos de Cestaria, Santos, Caracas (2016), que aplicaram em

Itamatatitua as cinco dimensões de sustentabilidade de Serão, Almeida e Carestiatto (2012).

As cinco dimensões da sustentabilidade, segundo os autores, aglutinam as referências ecológica, social, cultural, econômica e política. Contudo, a equipe de pesquisa decidiu incluir mais dois eixos para observação: a dimensão histórica e a dimensão tecnológica. A partir destes aspectos, foram desenvolvidos temas geradores abertos, que atuaram como um roteiro para obtenção de informações junto as ceramistas. Os temas foram divididos entre as equipes de pesquisa, que também ficaram responsáveis pela elaboração e aplicação das perguntas.

A primeira etapa da atividade de campo foi realizada em 25 de janeiro de 2017, sendo entrevistadas sete ceramistas. Neste momento, todas as dimensões da sustentabilidade foram debatidas. Além disso, foi registrado o modo de manufaturar os potes cerâmicos, com a coleta de depoimentos das artesãs.



Fonte: Autores, 2017.

FIGURA 17

Aplicação dos questionários às ceramistas, versando sobre os eixos da sustentabilidade e a manufatura cerâmica



Fonte: Autores, 2017.

FIGURA 18

Manufatura da cerâmica pela técnica do rolete

A segunda etapa consistiu da organização de uma exposição itinerante, com a participação efetiva dos estudantes e ceramistas na elaboração do discurso expositivo e na escolha das peças cerâmicas apresentadas.



Fonte: Autores, 2017.

FIGURA 19

Montagem da Exposição *Um saber ancestral: documentação e extroversão da produção ceramista artesanal na comunidade quilombola de Itamatatiua, Alcântara – MA*, no I Fórum das Florestas dos Guarás, em Cururupu – MA



Fonte: Autores, 2017.

FIGURA 20

Exposição *Um saber ancestral: documentação e extroversão da produção ceramista artesanal na comunidade quilombola de Itamatatiua, Alcântara – MA*, realizada no I Fórum das Florestas dos Guarás, em Cururupu – MA



Fonte: Autores, 2017.

FIGURA 21

Montagem da Exposição *Um saber ancestral: documentação e extroversão da produção ceramista artesanal na comunidade quilombola de Itamatatiua, Alcântara – MA*, no VII Seminário de Piscicultura da Baixada Maranhense, em Pinheiro. MA



Fonte: Autores, 2017.

FIGURA 22

Exposição *Um saber ancestral: documentação e extroversão da produção ceramista artesanal na comunidade quilombola de Itamatatiua, Alcântara – MA* no VII Seminário de Piscicultura da Baixada Maranhense, em Pinheiro, MA

A terceira etapa foi desenvolvida entre os anos de 2017 e 2019. O foco foi a dimensão tecnológica e social, com o acompanhamento dos homens da comunidade na obtenção da argila para fabricação da cerâmica e o registro da secagem e queima dos objetos. A dimensão cultural também foi abordada, com a observação do ciclo anual do festejo de Santa Tereza D'Ávila.

Como desdobramento, este projeto foi contemplado pelo Edital FAPEMA - Programa de Apoio ao Patrimônio Imaterial do Maranhão (Processo PATRIMONIO IMATERIAL-02016/17 – Solicitação 2016/17), o que garantiu a continuidade da pesquisa e ampliação do foco de investigação para outras esferas do conhecimento sobre Itamatatiua e a realização de cinco exposições itinerantes.

O último projeto consistiu de ações de extroversão vinculadas à disciplina História da América Colonial (3N123), com 45 alunos matriculados. O eixo norteador relacionou-se aos distintos momentos de ocupação do território maranhense, por diferentes levas migratórias, desde o período pré-colonial, a indígena, perpassando pela chegada dos europeus e africanos. Neste sentido, foi trabalhado o conceito de cultura material, concebido como qualquer segmento do meio físico modificado por comportamentos culturalmente determinados (DEETZ, 1977). A partir desta abordagem, a cultura material possui um significado. Entretanto, este significado não lhe é inerente e deve ser buscado nas relações entre os componentes do sistema ao qual ela está integrada (DOUGLAS; ISHERWOOD, 1980).

O passo seguinte foi vincular as fases de ocupação do território maranhense em longa duração, considerando-as como episódios diversos que ajudam a compreender a colonização do continente, a partir da busca da materialidade dos artefatos e objetos que poderiam representar os povos e os respectivos momentos de ocupação do território.

Neste sentido, foram escolhidas instituições museais e centros de pesquisas que possuem acervos ou narrativas para materializar a presença desses grupos formadores do Maranhão, sendo definidas em conjunto com os alunos, o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, para representar as ocupações pré-coloniais e indígenas; o Núcleo Fundacional de São Luís, o Palácio dos Leões, a Igreja Matriz, o Museu de Artes Sacras, o Museu Histórico e Artístico do Maranhão e a rua Portugal, para representarem a presença europeia, e o Museu Cafua das Mercês, para representar a ocupação africana.



Fonte: Autores, 2017.

FIGURA 23

Visitação ao Palácio dos Leões, na área fundacional de São Luís – MA, com a observação do legado europeu



Fonte: Autores, 2017.

FIGURA 24

Visitação ao Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, com a observação do legado indígena

Ainda em sala de aula, foram desenvolvidos mapas temáticos e definidos os roteiros de visita, como também os objetos e artefatos que deveriam ser observados e registrados pelas equipes. Ressalta-se que as visitas em alguns órgãos foram mediadas pelos funcionários das próprias instituições.

A próxima ação vinculada a esta extroversão foi a montagem de um catálogo, com a descrição das diversas categorias artefatuais observadas nos espaços museais, correlacionando-as com o período de ocupação do Maranhão e o grupo étnico correspondente.

A este respeito, a cultura material associada a cada grupo foi o eixo norteador da publicação, com o Núcleo Fundacional de São Luís, o Palácio dos Leões, a Igreja Matriz, o Museu de Artes Sacras, o Museu Histórico e Artístico do Maranhão e a rua Portugal representando as relações entre europeus, afrodescendentes e indígenas; o Museu Cafua das Mercês, para representar a ocupação africana e o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão representando a ocupação humana mais antiga, vinculada aos indígenas e seus ancestrais.

Considerações finais

As três atividades que ilustram este artigo são apenas alguns dos muitos exemplos que professores têm a sua disposição para aproximar os estudantes dos bens de natureza histórica e cultural. Neste contexto, as vivências patrimoniais, quando agregadas a um problema de pesquisa e ao desenvolvimento de uma disciplina são ferramentas didático-pedagógicas poderosas para percepção, sensibilização e empoderamento dos alunos em relação ao seu território, suas histórias e memórias.

Além disso, convém destacar um aspecto que apenas recentemente foi diagnosticado, que é a multiplicação das ações de extroversão para um público que está distante das redes de ensino, principalmente os familiares e amigos dos estudantes que estão envolvidos com as vivências patrimoniais. A este respeito, a retomada das memórias individuais e coletivas dos envolvidos direta ou indiretamente com as ações é um aspecto que tem sido ser avaliado constantemente durante as atividades.

No âmbito acadêmico, a complementação dos conteúdos das disciplinas com vivências patrimoniais está se mostrando de extrema relevância para construção de uma visão crítica, investigativa e narrativa, estimulando “um olha para dentro”, “para si” e “para os outros”, contribuindo também para a compreensão de aspectos outrora esquecidos sobre a realidade da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses.

REFERÊNCIAS

BRASIL. República Federativa do Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nos 1/92 a 52/2006. Brasília: Senado, 2006.

BASTOS, Rossano Lopes. A Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos. In: MORI, V. H.; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L.; GALLO, H. (org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. Brasília: IPHAN, 2006, p. 155-168.

COSTA, Vanessa. Cultura Patrimonial em Enunciados: análise arqueológica dos discursos no Guia Básico de Educação Patrimonial. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 8. *Anais...* São Luís – MA, 2010.

CESTARI, Glauba Alves do Vale; SANTOS, Denilson Moreira; CARACAS, Luciana Bugarin. A produção cerâmica no quilombo de Itamatatuiua: interações entre artesanato tradicional e

design com vistas à sustentabilidade. In: SANTOS, Denilson Moreira et. al. (org.). *Artesanato no Maranhão: práticas e sentidos*. São Luís: Edufma, 2016.

DEEETZ, James. *Small Things Forgotten: the Archaeology of Early American Life*. Nova York: Doubleday, 1977.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *The World of goods: towards an anthropology of consumption*. Londres: Penguin Books, 1980.

FERREIRA, Rosinete de Jesus Silva. *Nas tramas de Itamatatiua: as representações sociais da saúde e as trocas comunicativas dos filhos de Santa Teresa*. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

GRIJÓ, Wesley Pereira; BERARDO, Rosa Maria; MENDONÇA, Maria Luisa. A identidade na comunidade negra de Itamatatiua sob a perspectiva dos estudos pós-coloniais. *ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA*. 5. *Anais...* Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

OOSTERBEEK, Luiz; REIS, Milena das Graças Oliveira. Terras de Preto em Terras da Santa: Itamatatiua e as suas dinâmicas quilombolas. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís: UFMA, v. 19, n. 1, p. 7-15, 2012.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira. *Mitos da cultura africana: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatiua*. João Pessoa, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba.

JUNIOR, David Pereira. Tradição e identidade: a feitura de louça no processo de construção de identidade da Comunidade de Itamatatiua – e Alcântara Maranhão. In: MARTINS, Cynthia Carvalho et al. *Insurreição de saberes: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais*. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2011.

JUNIOR, David Pereira. *Territorialidades e identidades coletivas: uma etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense*. Salvador, 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

OOSTERBEEK, Luiz. Arqueologia pré-histórica: entre a cultura material e o patrimônio intangível. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 1, n. 2, p. 41-54, 2004.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques (org.) *A História nova*. São Paulo: M. Fontes, 1990, p. 177-213.

IPHAN. *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG*. Brasília: IPHAN, 2013.

SANT'ANNA, Márcia. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.

SERRÃO, Mônica; ALMEIDA, Aline; CARESTIANO, Andréa. *Sustentabilidade: uma questão de todos nós*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.

Arkley Marques Bandeira é Professor do Departamento de Oceanografia e Limnologia e dos Programas de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre e Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). Graduado em História pela Universidade do Estado do Maranhão (UEMA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Marcelo Fagundes é Professor da graduação em Geografia, da Pós-Graduação em Ciências Humanas e da Pós-Graduação em Geologia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Pós-Doutor em Geologia pela UFVJM e em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre e Doutor em Arqueologia e Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP).

Leonardo Silva Soares é Professor do Departamento de Oceanografia e Limnologia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente e Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pós-Doutor em Planejamento Ambiental e Geoecologia da Paisagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Sustentabilidade de Ecossistemas e Graduado em Ciências Aquáticas pela UFMA.

Como citar:

BANDEIRA, Arkley Marques; FAGUNDES, Marcelo; SOARES, Leonardo Silva. Ações de Educação Patrimonial para conhecimento e extroversão do patrimônio histórico e cultural na Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhense. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 17, n. 1, p. 508-529, jan./jun. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br.